



ANÁLISE DISCURSIVA SOBRE A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

Daniel José Rocha Fonseca¹
Maria de Lourdes Faria dos Santos Paniago²

¹UFG - REJ/ danielrochafonseca@gmail.com

²UFG - REJ/ lurdinhapaniago@gmail.com

Resumo:

O trabalho tem como objetivo específico cotejar diversos ditos e não ditos sobre a Base Nacional Comum Curricular. A pesquisa coletou dados por meio de documentos oficiais, textos e materiais que já foram publicados na literatura, utilizando como abordagem teórico-metodológica particularmente construtos teóricos propostos por Michel Foucault. Revisando parte da Constituição de 1988 e do Plano Nacional de Educação, averigua-se que a BNCC tem afirmado um caminho de regularidade argumentativa. Por outro ângulo, percebe-se também que a BNCC é cerceada por falas que lutam para dismantelar a liberdade produtiva dos seus sentidos. Analisando este circuito semiótico, infere-se que a BNCC pode estar encerrando seu estilo de pensamento num enraizamento de verdades que impediram a representação de outros interesses e estratégias do saber. Do ponto de vista do resultado, a pesquisa tem demonstrado que a BNCC está apoiada numa regulação que criará novas formas de sociabilidade educacional brasileira.

Palavras-chave: Discurso. Saber. Currículo Escolar.

Introdução

Sancionada pela presidenta Dilma Rousseff, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) surgiu para o cumprimento dos princípios de metas e estratégias educacionais que se encontram dispostos na Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, conhecida como Plano Nacional de Educação (PNE). Dentro do PNE, a BNCC corresponde à Meta nº7 Estratégia 7.1, cujo objetivo é fomentar a qualidade da educação básica para atingir médias nacionais exigidas pelo Ideb¹ e, também, para:

[...] estabelecer e implantar mediante pactuação interfederativa, diretrizes pedagógicas para a educação básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos (as) alunos (as) para cada ano do ensino fundamental e médio, respeitada a diversidade regional, estadual e local [...] (BRASIL, 2014, Meta nº 7, Estratégia 7.1).

¹ Ideb significa “Índice de Desenvolvimento da Educação Básica”.

Entretanto, a proposta de uma base curricular não trata de ser um evento novo. Endereçamentos de falas vinham se conectando aos contornos do pensamento na condução do aparecimento da BNCC. A BNCC, conforme sua elaboração consolida o que estava previsto na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Podemos verificar que no Artigo XXII, dizendo sobre o caráter competente e legislativo da União, a Constituição de 1988 prescreve no Inciso XXIV o dever de se executar “diretrizes e bases da educação nacional” (BRASIL, 1988, Art. 22, Inciso XXIV).

A BNCC tem sido considerada o solo estratégico educacional que reduzirá as desigualdades do ensino brasileiro. Ela traz para si o papel definitivo das linhas gerais de aprendizagem que os alunos deverão estudar ano a ano no ensino básico. Seu exercício de funcionamento atuará como parâmetro obrigatório do desenvolvimento integral dos cidadãos. E, as escolas, resguardadas suas autonomias, poderão ensinar mais do que se pede a BNCC, mas não poderão ensinar menos.

Porém, alguns discursos têm atravessado o modelo de constituição da BNCC. Afrouxando pontos de encontros e diferindo quanto aos seus signos e significantes. É o exemplo da Medida Provisória 746, de 22 de setembro de 2016, que reforma o ensino médio para mudar a estrutura e propor uma flexibilização da grade curricular; ou do Projeto de Lei nº 867 de 2015 que “inclui, entre as diretrizes e bases da educação nacional, o Programa Escola Sem Partido”; e, ademais, a Proposta de Emenda Constitucional que “estabelece um teto para o crescimento dos gastos públicos”.

Em vista disso, a pesquisa, cujo objetivo específico é cotejar diversos ditos e não ditos sobre a Base Nacional Comum Curricular, tem se esforçado para compreender os mecanismos falantes que entrecruzaram as operações semióticas desse sistema. Foucault (2001) irá falar que a linguagem, os discursos e as verdades são lugares de permanentes lutas, algo que progride no tempo. São procedimentos que permitem fazer circular o poder². Portanto, entender as trocas e os embates dispersivos entre os ditos e não ditos de um determinado objeto discursivo é uma maneira de entender e de alcançar os efeitos pensantes das superfícies que podem estar sendo ocultados para produzir modalidades de novos sujeitos (FOUCAULT, 2001).

² O poder, para Foucault (2016), é algo que se reivindica penetrando no corpo. O copo é a sua mais alta qualidade viva, o seu efeito, o seu produto. As moléculas do corpo não se encontram fora do poder. Por isso e, para tanto, o poder não deve ser concebido apenas como um elemento repressivo, como algo que aparece para retorcer e disciplina o ser. O poder também é positivo, a força que corta e fabrica subjetividades. O poder é o elemento que flutua nas linhas, nas curvaturas e nas dobras criadas no entre dos sujeitos, atuando de forma móvel. Ele não existe, mas se exerce para dizer verdades, para agir em parceria com as disposições dos saberes.

Metodologia

A metodologia deste projeto está baseada numa pesquisa qualitativa, com levantamento de dados bibliográficos e documentos oficiais, com pesquisa em livros, artigos de periódicos, teses e dissertações, além de pesquisa na web e sítios na internet, coletando dados por meio de textos e materiais que já foram publicados na literatura, e usando como abordagem teórico-metodológica particularmente construtos teóricos propostos por Michel Foucault.

A pesquisa está ligada a uma dissertação que tem como perspectiva e objetivo geral analisar as práticas discursivas e não discursivas que culminaram no surgimento, na defesa e na elaboração da BNCC. Para tanto se tem partido de quatro objetivos específicos: o primeiro, fazer levantamento histórico do percurso da educação básica brasileira até chegar ao atual momento de construção da BNCC; o segundo, cotejar diversos ditos e não ditos sobre a BNCC; o terceiro, analisar as práticas de objetivação desempenhadas pela BNCC com o objetivo de fabricar tipos determinados de professor e aluno; e o quarto, avaliar o impacto que um currículo escolar exercido de maneira unificada como a BNCC poderá provocar na realidade da sociedade brasileira.

Por conseguinte, este trabalho tenta contemplar as investigações que se encontram apresentadas no segundo capítulo específico desta dissertação.

Resultados e discussões

Foucault (2008) irá argumentar que a formação discursiva³ nos remete à história crítica de uma maneira de pensar. A formação discursiva nos descreve os processamentos de subjetivação⁴ que constituem a imagem do sujeito para torná-lo instrumento de um determinado conhecimento. Para o pensador francês, o sujeito e o objeto não nos são dados de antemão, eles são construídos discursivamente mediante a oportunidade do que se poderá falar sobre eles (FOUCAULT, 2008).

Analisando o circuito semiótico apresentado pelo trabalho, infere-se que a BNCC agarra-se em verdades normativas do direito brasileiro. Estas verdades têm ajudado a

³ (...) formação discursiva se define (pelo menos quanto a seus objetos) se se puder estabelecer um conjunto semelhante; se se puder mostrar como qualquer objeto do discurso em questão aí encontra seu lugar e sua lei de aparecimento; se se puder mostrar que ele pode dar origem, simultânea ou sucessivamente, a objetos que se excluem, sem que ele próprio tenha que se mudar (FOUCAULT, 2008, p. 50).

⁴ Subjetivação é um conceito de Michel Foucault que serve para propor modos sobre como o homem compreende e legitima determinado tipo de conhecimento. Este conceito indica como o sujeito percebe a si mesmo. Apesar disso, para Foucault, mesmo sendo sujeito o indivíduo possui um campo de possibilidade para afirmar suas condutas e suas constituições.

formar e direcionar forças que encerrarão seu estilo de pensamento. Porém, a BNCC representa uma estratégia de saber⁵ que tem aventurado falas distantes de outros modelos enunciativos. Já que o que se espera da base é que ela centralize a aprendizagem dos alunos em todas as escolas do ensino básico do país. Algo inédito e não praticado na educação escolar brasileira.

Considerações Finais

A BNCC tem vivenciado jogos de significações constantes. Desde a elaboração até a revisão da sua terceira versão tem se percebido a movimentação de falas que poderão conduzir o documento para outros lugares de produção de verdades. O documento ainda vive numa fase de intenção. A BNCC precisa ser promulgada pelo Conselho Nacional de Educação. Porém, avaliando certos aspectos construtivos da sua trajetória histórica, a BNCC demonstra indícios argumentativos que ela pretende refutar ou invalidar para assegurar o plano da sua formação discursiva. Investigar esses indícios poderá nos auxiliar sobre novas formas de pensamentos que estarão por se apresentar no cenário educacional brasileiro.

Referências

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o plano nacional de educação - PNE e dá outras providências.** Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=268037&tipoDocumento=LEI&tipoTexto=PUB>.

BRASIL. Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016. **Institui a Política de Fomento a Implementação de Escolas em Ensino Médio em Tempo Integral.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/Mpv/mpv746.htm.

BRASIL. Proposta de Emenda Constitucional 241. **Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para instituir o novo regime fiscal.** Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2088351>.

BRASIL. Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem Do Discurso.** São Paulo: EDIÇÕES LOYOLA, 2001.

⁵ “Saber consiste, pois, em referir a linguagem à linguagem. Em restituir a grande planície uniforme das palavras e das coisas. Em fazer tudo falar. Isto é, em fazer nascer, por sobre todas as marcas, o discurso do comentário. O que é próprio do saber não é nem ver nem demonstrar, mas interpretar” (FOUCAULT, 2007, p. 55).

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.